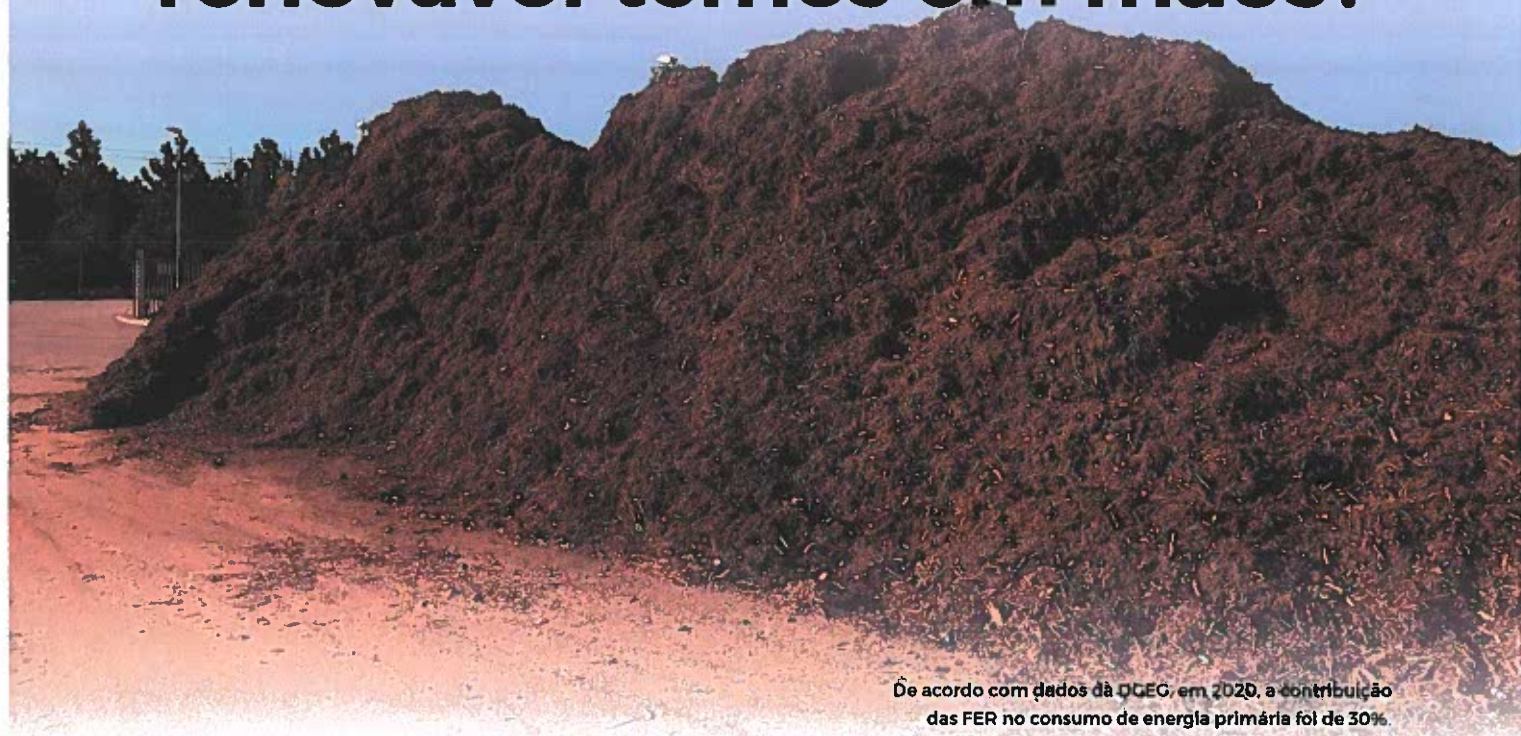


Biomassa: que futuro renovável temos em mãos?



De acordo com dados da DGE, em 2020, a contribuição das FER no consumo de energia primária foi de 30%.

A utilização de biomassa florestal residual para produção de energia é tida como um recurso sustentável que apoia a transição energética e as metas climáticas, reduzindo o uso de combustíveis fósseis. Para perceber a importância desta renovável, falamos com Luís Gil, Vice-Presidente do Conselho de Administração do Centro da Biomassa para a Energia (CBE), que nos explica os desafios e ajuda a perceber que oportunidades tem Portugal pela frente.

Ana Clara

A biomassa, no que se refere à sua valorização essencialmente para fins energéticos, que é o objetivo do Centro da Biomassa para a Energia (CBE), "é um pilar muito importante do mix energético nacional, quer pela sua produção endógena quer pela estabilidade que confere a esse sistema, contribuindo para a independência energética nacional e para a segurança do abastecimento de energia", começa por dizer Luís Gil.

Segundo os últimos dados das Estatísticas Rápidas das Renováveis divulgados pela DGE, em termos da produção de energia elétrica o contributo da biomassa foi de 11,4% do total das renováveis. "Mas a biomassa é também importante no domínio dos biocombustíveis, apontando os últimos dados para a produção de mais de 325 mil toneladas/ano de biodiesel no nosso País, a partir de óleos virgens e de matéria residual. A potência

instalada dos centros electroprodutores a biomassa florestal em Portugal (sobretudo situados na zona Centro) é atualmente de 679 MW (452 MW em cogeração e 227 MW dedicada), com uma produção anual de energia elétrica nos últimos anos superior a 3200 GWh e uma produção mensal na gama 246-281 GWh (segundo estatísticas da DGE), expressando assim a sua constância e estabilidade sazonal", contextualiza o responsável.

E quais as potencialidades da biomassa? À pergunta, Luís Gil considera que "nem toda a biomassa florestal residual poderá ser aproveitada para produção de energia devido a limitações ambientais, físicas, logísticas, humanas e mesmo materiais. A viabilidade económica para o seu aproveitamento está diretamente relacionada com as características da própria biomassa, as condições orográficas do território nacional e a pequena dimensão da propriedade. No que toca à biomassa residual resultante da atividade agrícola e da indústria agroalimentar, há limitações para a utilização energética devido à diversidade de matérias-primas, à sazonalidade, às quantidades disponíveis, à localização geográfica, e à densidade, entre outros aspetos".

Para o Vice-Presidente do CBE, "deve ser considerada a instalação de sis-

temas híbridos com componente de biomassa que permitem a complementaridade entre formas de energia". No setor do aquecimento e arrefecimento, "deve ser incentivado o uso de tecnologias de elevado potencial e eficiência, como caldeiras a biomassa, como complemento ao solar térmico". "Outra oportunidade será a gestão do material biomássico sob as linhas aéreas de alta e média tensão e das faixas de gestão de combustível. Redesenhar as cadeias de abastecimento da biomassa florestal para redução dos custos logísticos e aumento da quantidade e diversidade de fontes de biomassa florestal seria também importante", realça.

CONTRIBUTO PARA A DESCARBONIZAÇÃO

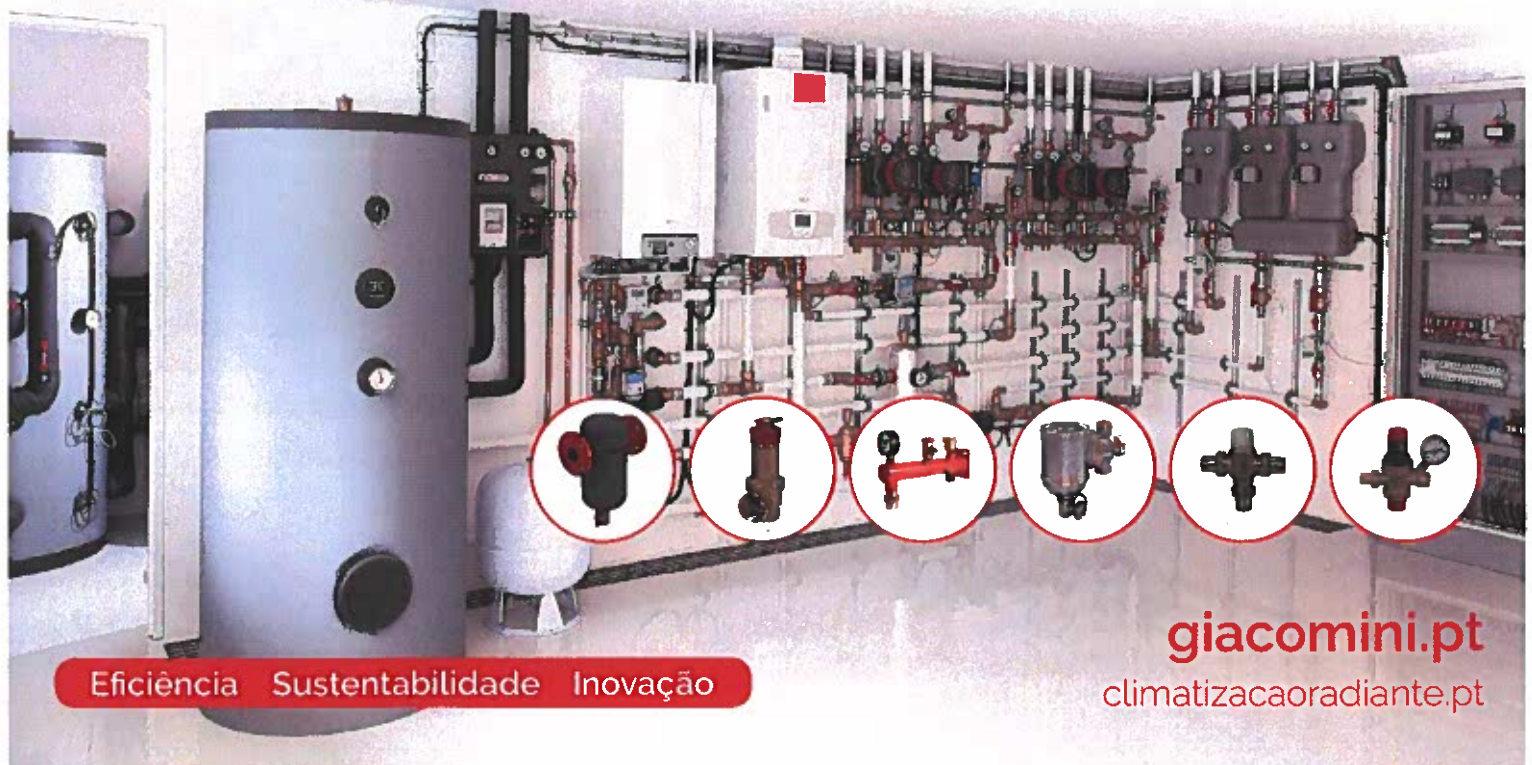
De acordo também com dados da DGE, em 2020, a contribuição das FER no consumo de energia primária

foi de 30%. "Os principais contributos para as FER, foram da biomassa com 45%. Em 2020, a contribuição das FER no consumo final de energia (incluindo consumos não energéticos) foi de 26%. 30% das FER teve origem na biomassa. Em termos da produção anual de energia renovável em ktep cerca de 48% da produção renovável provém da biomassa. Em 2020, 64% da biomassa (lenhas e resíduos florestais, licores, peletes e briquetes, biogás e outros) foi transformada em outras formas energéticas, nomeadamente em centrais termoelétricas e em centrais de cogeração", indica Luís Gil.

Para o responsável, a utilização da biomassa florestal "deve obedecer a critérios de sustentabilidade já estabelecidos a nível europeu e nacional, sendo importante que o aproveitamento da biomassa seja realizado de



Os melhores equipamentos
para centrais térmicas!



Eficiência Sustentabilidade Inovação

giacomini.pt
climatizacaoradiante.pt



Centro da Biomassa para a Energia promove a valorização sustentável da biomassa para energia há mais de três décadas.

modo sustentável, sem comprometer as mais-valias ambientais associadas. A partir de 2011, apenas os biocombustíveis que cumprem os critérios de sustentabilidade, são considerados nos cálculos quantitativos. Existe a necessidade de que a futura RED III acomode as especificidades nacionais relativamente às condições de apoio dos Estados-membros à energia produzida a partir de BFR, bem como assegurar a maior estabilidade possível no quadro legal em desenvolvimento. A atividade do CBE pretende nomeadamente, dar um grande contributo para a bioeconomia e a economia circular, estando já a desenvolver atividade neste domínio”.

Neste caminho de sensibilização e trabalho, o CBE tem já um longo percurso. “O CBE é uma associação técnica e científica sem fins lucrativos, vocacionada para a promoção da valorização da biomassa essencialmente para fins energéticos, através do desenvolvimento e transferência tecnológica abrangendo toda a fileira da biomassa, da recolha e tratamento aos sistemas de conversão e produção de energia ou combustíveis, sendo constituído por associados públicos e privados representativos da área”, explica.

“O CBE desenvolve serviços laboratoriais, para o que tem um laboratório acreditado com prémios de qualidade e outros serviços como estudos, consultoria, formação, desenvolvendo ainda projetos de âmbito nacional e internacional, para o que detém um grupo de colaboradores reconhecidos no setor e um assinalável portfolio de estudos e projetos”, acrescenta.

Para além da atividade de apoio ao setor no domínio da biomassa/energia, o CBE tem também protocolos de colaboração com importantes stakeholders e está em fase de crescimento e diversificação da atividade, tendo recentemente aumentando o número de colaboradores e estando a diversificar os serviços que presta, ao mesmo tempo que está a aprofundar a internacionalização da sua atividade. “Isto é importante nomeadamente por se tratar de uma instituição que está sedeadada no centro/interior do País. As suas iniciativas e atividades podem ser consultadas na sua página da internet e na newsletter periódica que divulga, para além de outros canais”, sublinha o Vice-Presidente da associação.

FUTURO

Sobre o futuro, Luís Gil adianta que “são necessárias políticas que permitam

retirar, com conta, peso e medida a matéria residual das florestas e apostar num sistema logístico para a sua recolha local e eventual primeira preparação, ao mesmo tempo que, numa perspectiva de circularidade possam promover a reintrodução adequada nas zonas de origem dessa biomassa de resíduos do seu aproveitamento energético, melhorando a produção da biomassa”.

“É também necessário promover a utilização dessa biomassa, próximo do local de recolha, promovendo sistemas da sua utilização regional. A nova estratégia nacional para a biomassa florestal passa por abandonar os apoios públicos à produção dedicada de eletricidade e apoiar apenas projetos que envolvam também energia térmica, situados em zonas com risco elevado de incêndio. O PNEC 2030 destaca a valorização energética da biomassa florestal como um elemento-chave na criação de valor no setor florestal. Verifica-se também que no que se refere a novas centrais a biomassa, a produção exclusiva de eletricidade será tendencialmente abandonada (reduzida eficiência e baixa rentabilidade). Atualmente é promovida a instalação de pequenas centrais térmicas descentralizadas a biomassa que colocam menos pressão em termos de disponibilidade de biomassa e no sistema energético. A dinamização do aproveitamento da biomassa residual florestal deve considerar os principais intervenientes ao longo da cadeia de abastecimento, sendo ainda necessário a dinamização e a flexibilização de modelos de gestão agrupada, e uma maior articulação entre todos os intervenientes”, conclui. ■